

A construção do Estado Imperial brasileiro: Confederação do Equador e a província do Piauí 1823-1825

The constructing of the Brazilian Imperial State: The Confederation of the Equator and the province of Piauí 1823-1825

Francisco de Assis Oliveira Silva¹

Johny Santana de Araújo²

Resumo

A construção do Estado imperial brasileiro está imbricada em uma série de divergências políticas que perpassam as lutas pela independência do Brasil e percorrem a consolidação do Estado que se assenta em meados do século XIX. Nessa conjuntura, abordar a construção e consolidação do império nascente requer um exercício de recuo para observarmos as tensões entre as elites regionais, sua relação com a Corte e os diversos projetos políticos pensados durante o processo de emancipação do Brasil. Nesse contexto, o presente texto visa discorrer de forma sucinta, a formação do Estado imperial brasileiro nos primeiros anos pós independência e sua relação com a Confederação do Equador, sobretudo no que diz respeito à Província Piauiense e suas vizinhas do Norte. Abordamos a relação do movimento separatista de 1824 com as lutas pela independência, observando os embates entre a construção do Estado Imperial em curso e as ideias dos confederados. Nesse intuito, observamos ainda a historiografia a respeito da temática, inferindo os debates políticos em torno do projeto do governo central e as demais províncias.

Palavras-Chave: História. Estado. Independência. Consolidação. Confederação do Equador.

Abstract

The construction of the imperial Brazilian state is linked to a series of political divergences that straddles the struggles for the independence of Brazil and they follows the consolidation of the State that asserts itself in the mid 19th century. In this context, addressing the construction and consolidation of the nascent empire requires broadening one's scope to observe the tensions between the regional elites, their relationship with the Court and the various political projects

¹ Mestre em História do Brasil (conceito CAPES 4) graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Possui experiência em história do Piauí com ênfase em Piauí Oitocentista. Tem participação no programa institucional de bolsa de iniciação a docência-PIBID pela Universidade Federal do Piauí- UFPI e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC-UFPI). E-mail: ihs.francisco@gmail.com

² Professor do Curso de História – DH – CCHL – CMPP – UFPI – Teresina. Professor do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil – PPGHB. Tutor do PET-História UFPI. Líder do Grupo de Estudos do CNPq: “Núcleo de História; Memória; Sociedade e Política” e do “Núcleo de Estudo e Pesquisa em História do Piauí Oitocentista”. E-mail: johnysant@gmail.com

envisaged during the independence process. With this in mind, the following text aims to succinctly discuss the formation of the imperial Brazilian state in the first years after independence and its relationship with the Confederation of Ecuador, especially in regards to the province of Piauí and its northern neighbors. We have discussed the relationship of the 1824 separatist movement with the struggles for independence by observing the clashes between the ongoing consolidation of the imperial state and the ideas of the Confederates. For this purpose, we also note the historiography on the subject, inferring the political debates around the project of central government and the other provinces.

Keywords: History. State. Independence. Consolidation. Confederation of the Equator.

INTRODUÇÃO

A independência política do Brasil não tem início em 1822 e tão pouco se encerra na referida data. É preciso analisarmos o contexto de construção dessa independência para entendermos como o Estado vai se consolidando ao longo do século XIX.

Sergio Buarque de Holanda observa que antes mesmo de proclamada a emancipação política do Brasil, pairava no ar, entre elementos dos mais chegados ao poder público no novo Reino do Brasil, unido ainda a Portugal e Algarves, o projeto de instaurar aqui um governo federal e autônomo, semelhante ao que existia na América inglesa (2010, p. 15).

Nesse contexto, podemos analisar que o panorama político que se encontrava no território brasileiro, nos anos entre 1823 a 1825, foi marcado por momentos cruciais para a construção e consolidação do Estado imperial brasileiro. As elites locais se articulavam de maneiras díspares: algumas em torno do monarca e outras contra o projeto centralista iniciado em 1823. No entanto, os debates políticos em torno da consolidação do Estado foram iniciados antes do simbólico grito do Ipiranga, onde os projetos políticos antes e durante a independência do território foram sendo debatidos pela aristocracia das províncias.

Eram diversos os projetos pensados para o Brasil antes e pós-emancipação, no entanto prevaleceu a ideia de permanência da estrutura administrativa existente no território, ou seja, o monarca continuava a centralizar o poder em suas mãos e mantinha a Corte ao seu redor, pessoas que estavam em pleno acordo com suas ideias e ações.

Podemos observar que em meio a tantas discussões em plena formação do Império, a independência do Brasil não se isola dentro de um contexto, mas perdura por alguns anos, e não é um marco deslocado dentro da história do Brasil, pois, desde 1817,

com a Revolução Pernambucana, a ideia de separação política persiste no Estado (SILVA, 2015, p. 71).

Nesse contexto, observamos que a história dos primeiros anos do século XIX no Brasil é a história da afirmação do Estado frente à consolidação do processo de independência. As diversas facetas da estrutura imperial, que se observava de 1823 a 1825, dizem respeito à manutenção da ordem perante os levantes que se iniciaram ainda em 1817 e que tiveram forte influência na formação do império do Brasil.

Nessa conjuntura, abordaremos a construção do Estado imperial observando as lutas pela independência do Brasil, uma vez que estas perpassam grande parte do século XIX, quando as elites locais vão se revezando no poder e mantendo uma relação dual com o monarca, na sede da Corte, no Rio de Janeiro. Por outro lado, as elites descontentes com as ações do imperador montam estratégias dissidentes em busca de maior autonomia frente ao governo imperial.

Quando mencionamos elites locais é preciso ter em mente que falamos de grandes proprietários de terras e escravos, letrados, sacerdotes e comerciantes locais, tendo sempre em mente que o pensamento elitista era heterogêneo. No Piauí as elites se formaram a partir da união entre famílias de elite que construíram riquezas no período colonial, onde a fraca presença do governo central nas Capitânicas favorecera o surgimento de influentes donos de terras, que além do poder econômico buscavam também a participação na administração pública.

Caio Prado Junior já observara que a má administração portuguesa desde a colônia, faria com que mais cedo ou mais tarde as ideias por uma independência se perpetuasse no território. O autor contribui nos comunicando que:

Está claro que a previsão da separação da metrópole, a ideia de que o Brasil seria um dia nação independente, já aparece muito antes da realização do fato, e está no pensamento de alguns indivíduos, que, ou por intuição, ou no mais das vezes por simples mimetismo e ilação de exemplos semelhantes ocorridos noutras partes, esperavam, e mesmo às vezes trabalhavam pela sua realização. E isto também precisa ser levado em consideração. Mas não esgota o assunto, e sobretudo não o explica, porque não será esta ou aquela ideia, de um ou de muitos indivíduos — aliás, no caso vertente, de poucos relativamente, — que será a "causa" da Independência. (PRADO JUNIOR, 2011, p. 380).

Podemos compreender que a ideia de emancipação política do Brasil não foi algo pensado em um determinado dia e posto em prática no outro. Diversos fatores foram cruciais para tornar sólida a ideia. A articulação das elites locais mesmo com pensamento díspar, fora um desses fatores. Nas províncias, a atuação das elites pelo que chamaram de

a “causa do Brasil” no primeiro momento contribuíra para a Independência, posteriormente houve divergências entre as ideias do Monarca e seus aliados contra alguns potentados locais, provocando insurreições e conflitos, como a Confederação do Equador, que teve como objetivo a separação de algumas províncias do Norte do restante do Brasil. Esses fatos fizeram com que a construção do Estado imperial brasileiro perpassasse a primeira metade do século XIX, uma vez que trouxera consigo conflitos imbricados da independência política do Brasil.

Atentamos ainda para o pensamento da historiografia acerca do tema, pois teremos uma visão significativa das divergências políticas da época. O debate historiográfico em torno da independência do Brasil traz consigo noção importante de como devemos olhar para o movimento – como algo não isolado –, além de entendermos uma certa periodização sobre o fenômeno da emancipação política do Brasil.¹

O que nos interessa neste momento é olharmos para as lutas do sete de setembro de 1822 como algo construído, que nos faça perceber a relação com muitos movimentos anteriores e posteriores a essa data, que perpassa a construção do Estado imperial e as divergências que ocorreram no período. Nesse contexto podemos compreender que um novo recorte para o processo de independência se instaura na historiografia, sendo pensado do seguinte ponto de vista:

[...] o processo de independência do Brasil a partir do final do século XVIII (1789) até meados do século XIX (1850). O ano de 1789 é o marco inicial - ou o ponto de partida - por ser o começo de manifestações pela independência do Brasil, como a conjuração mineira, seguida da baiana e carioca. No final do século XVIII ocorrem enormes transformações mundiais devido sobretudo às “revoluções”, como a independência das 13 colônias norte-americanas em 1776, ao advento das revoluções francesa (1789), industrial na Inglaterra (1798), marcando o início de um período de revoluções no mundo. O marco final estabelecido é o ano de 1850 quando se consolida a Monarquia Constitucional e censitária ou o sistema monárquico e é finalmente reprimido o último movimento rebelde deste período, a “Praieira”, em Pernambuco. É o fim e um período de grandes e pequenas manifestações e o início de uma nova ordem econômica com o fim do tráfico de negros africanos como escravos e a instituição da Lei de Terras. (DIAS, 2002, p. 90)

Elencamos nesse “intervalo de tempo” a Confederação do Equador como parte das lutas pela emancipação política deste imenso território. É nessa significação que podemos compreender um dos fatores singulares para tantas revoltas e manifestações no período, justamente a falta de unidade política dentro Estado imperial, o que fez com que sua consolidação se arrastasse por um longo período.

UM ESTADO EM CONSOLIDAÇÃO

A América portuguesa apresentava-se pós-proclamação da independência com características das engrenagens administrativas e políticas do antigo regime (NEVES, 2014). Uma centralização do poder nas mãos do monarca descontentava as elites locais e despertava sentimento de revolta no âmbito político das províncias que se sentiam prejudicadas com as atitudes do mesmo.

Mencionamos os projetos pensados para o Brasil independente, sobre os quais o debate fora acirrado e o consenso esteve longe de prevalecer. As regiões da ex-colônia portuguesa eram muito distintas umas das outras, e como é sabido, a estrutura colonial de exploração pouco se importava com a unidade ou não das províncias. A fragmentação política antes e depois da independência ecoou justamente na proposta de afirmação e construção desse Estado.

A Confederação do Equador fora um dos movimentos cujos idealizadores discordavam de como o Estado estava sendo criado, ou melhor, a partir de que base o Estado estava se consolidando, causando desavença entre alguns membros elitistas do Norte, adeptos do ideal republicano da Confederação, e as elites em torno do monarca, no Sul. Mesmo dentro das províncias que apoiaram o movimento o pensamento dos potentados locais não era igual.

No Piauí, Simplício Dias da Silva e João Cândido de Deus e Silva influentes políticos da vila da Parnaíba, foram os primeiros a aderir a causa da independência ainda em 1822, em 1824 apoiavam a Confederação do Equador e suas ideias. O então presidente temporário da Junta de Governo, Manuel de Sousa Martins que “ao lado” dos parnaibanos lutara pela adesão do Piauí a independência do Brasil, acatava as ordens vindas do governo central no Rio de Janeiro e combatera as ideias vindas de Pernambuco.

Nesse contexto, percebemos que dentro das provinciais havia divergências entre grupos locais que buscavam uma participação maior nas decisões administrativas do recém império e aqueles que apoiava o governo centralizador do imperador, comprovado pelo poder moderador na Carta Constitucional de 1824.

Nessa perspectiva podemos entender que era preciso pensar um império brasileiro longe das amarras da antiga metrópole. Uma maior integração entre todas as regiões e um arranjo político de organização interna era preciso. Como observa Neves (2014), era necessário fornecer, ao corpo político da monarquia no território americano, um novo

sistema de organização interna e pôr fim aos abusos de poder, no entanto, as medidas administrativas não chegaram a alcançar tais objetivos.

Nesse embate, enquanto alguns grupos locais diminuíram seus poderes com a acentuação da centralização governamental nas mãos do monarca no Rio de Janeiro, outros grupos tiveram seu prestígio elevado com o serviço prestado pela causa do governo constitucional do Brasil. No Piauí esse processo pode ser observado com a atuação do futuro Barão da Parnaíba, Manuel de Sousa Martins contra os ideais dos confederados. Fiel as ideias do monarca, o então presidente da Junta de Governo provisória perdurou à frente do governo local por cerca de 20 anos, contando sempre com a ajuda do grupo familiar ao qual era articulado.

A revolta por parte de alguns membros das elites locais, sobretudo aqueles adeptos da Confederação do Equador, descontentes em diversas províncias do Norte, se deu pelo fato da falta de participação na administração do novo Estado em formação. E esse fator passou pelos debates em torno dos projetos que foram pensados para o Brasil independente.

Os projetos políticos para o Brasil giravam em torno de uma elite pensante. Como observa Dolhnikoff (2003), “à medida que construía o Estado essa classe senhorial constituía-se como elite dirigente”. Nessa perspectiva, os projetos para o Brasil independente e a formação de um Estado deram-se em torno de embates e rupturas entre membros da classe aristocrata da sociedade da época:

O processo de independência introduziu alternativas variadas em termos de organização da nova nação. República ou monarquia, Estado unitário ou fragmentação. Projetos diversos, que optavam por uma ou duas dessas alternativas, confrontavam-se na América portuguesa, assim como na espanhola. Nesta última a solução republicano-federativa estava no centro do debate político, como um dos caminhos possíveis a responder as demandas das elites empenhadas na construção das novas nações a partir do passado colonial. A federação foi o caminho encontrado na Argentina, por exemplo, para resolver institucionalmente os obstáculos que se apresentavam para a unificação de territórios econômica e socialmente diversos, ciosos de sua autonomia. Uma solução que nada tinha de pacífica e que só se consolidou depois de décadas de enfrentamentos, inclusive militares. (DOLHNIKOFF, 2005, p. 12)

Nesta perspectiva, sabe-se que a Confederação do Equador foi fruto das lutas ou embates pela independência do Brasil. Podemos destacar que a maioria dos que estavam envolvidos nas lutas pela independência em Pernambuco estavam também ligados ao movimento separatista iniciado na província pernambucana. (BRANDÃO, 1924).

É nessa conjuntura que se constrói o Estado imperial, uma consolidação pautada em debates políticos e movimentos separatistas frutos das ideias de emancipação política da época. Já em 1808, com a vinda da família real para o Brasil, o descontentamento se acentuara e a ideia de separação toma forma com a permanência do príncipe na América portuguesa, pressionado pelas lideranças políticas locais, em vez de viajar para a Europa, permanece e proclama a independência, que atingiu de imediato grande parcela do Reino Unido a Portugal; no entanto,

[...] A única reação importante à transferência do centro do poder de Lisboa para o Rio de Janeiro nos marcos de uma monarquia centralizada veio de Pernambuco, que pegou em armas em 1824 e se separou do Brasil. A essa altura, no entanto, a nova corte já dispunha de força suficiente para subjugar eventuais resistências regionais. (CARVALHO, 2012, p. 20)

Há de se ressaltar alguns pontos na passagem de Carvalho. A separação de fato nunca ocorreu, uma vez que as ideias percorreram algumas províncias do Norte, mas os adeptos não conseguiram de fato instaurar uma república no Norte separada da Corte, ficou tudo no âmbito da conspiração.

No entanto, é fato que a centralização do poder nas mãos do monarca, com a Corte situada no Rio de Janeiro trouxe insatisfação, que perdurou um longo tempo na história do império, sendo a Confederação do Equador apenas a ponta do iceberg neste emaranhado jogo político que percorreu a construção do Estado Imperial.

Fruto de uma administração colonial desorganizada, em muitos momentos, dentro do império, a tão almejada unidade política esteve ameaçada por significativas revoltas e movimentos que discordavam dos rumos que a política imperial estava seguindo.

Já bem antes de este Estado começar a se consolidar, os projetos políticos pensados para o futuro da “nação” eram antagônicos. O processo de independência introduziu alternativas variadas em termos de organização da nova nação (DOLHNIKOFF, 2005).

A ideia federalista estava em curso na mente das elites regionais, como podemos notar com as ideias da Confederação do Equador, iniciada em 1824, dois anos depois de proclamada a emancipação. Na América espanhola, principalmente a Argentina, a federalização foi o caminho identificado para dar início ao projeto de Estado independente. No Brasil, a situação foi diferente, como observa Dohlnikoff:

No caso brasileiro, os estudos sobre o período têm sistematicamente dado pouca importância ao projeto federalista, por considerarem que no Brasil teria prevalecido o Estado unitário apesar de suas dimensões continentais e de sua

herança colonial semelhante à da América espanhola. No confronto entre projetos, a monarquia venceu a república, a unidade venceu a fragmentação; e a centralização, na forma de um Estado unitário, teria vencido a federação, principalmente depois que a experiência de um regime descentralizado na regência (1831-1840) foi substituída pela centralização promovida pela reforma conservadora da década de 1840. (DOHLNIKOFF 2005, p. 12).

Nesse intuito, devemos olhar para a construção do Estado imperial como algo que perpassara um debate ferrenho entre os idealizadores da independência e as províncias descontentes com o poder central. Como observa Araújo,

[...] não é possível afirmar ainda que a unidade do Brasil fosse sustentada por uma verdadeira comunhão de interesses nacionais emanados de cada província, mesmo porque a ideia de independência ou não, girava, em grande parte, em torno dos interesses de uma elite, cuja permanência de alguns privilégios deveria ser garantida, incluindo a manutenção da base econômica escravista, como de fato ocorreu. (ARAÚJO, 2015, p. 01).

Como podemos notar, o Estado imperial brasileiro cresceu em conformidade com as ideias da elite local dominante e que estava de acordo com a centralização que se fazia presente na Corte no Rio de Janeiro. Um emaranhado de interesses políticos se fazia presente no seio do Estado, contribuindo desta maneira para movimentos divergentes contra a organização administrativa por parte do governo central no Rio.

Como observa Silva (2015), o Brasil, no período de 1822 a 1825, vivia praticamente a afirmação do Império. As lutas pela independência e a dissolução da constituinte de 1823 fizeram perceber a falta de unidade política que reinava na época.

Nas ideias de Dias (2009), a emancipação política, culminada em 1822, processo de separação da colônia com a metrópole, não coincidiu com o da consolidação da independência nacional, que perdurou pelas décadas de 1840 a 1850, e tampouco o processo de emancipação foi marcado por um movimento propriamente nacionalista ou revolucionário.

O fato é que o processo de consolidação do Estado, como observa Mattos (1987), teria seguido a fase de apogeu do Império. Os anos 1850 não teriam se distinguido apenas por uma certa estabilidade política assinalada pela conciliação, mas também o fim do tráfico negreiro intercontinental, as bem-sucedidas intervenções militares na área platina e outros feitos, que cominava com um bem-estar por parte do imperador.

É nessa perspectiva que devemos analisar a construção do Estado imperial em curso nos primeiros anos do império até meados do século XIX. As elites não eram homogêneas, ou seja, não pensavam iguais, nem no eixo Centro-Sul e nem no Norte do

império. Aliados do imperador foram responsáveis pela articulação de uma Carta Constitucional que demonstrasse o grau de centralismo que o novo Estado em formação teria. Mesmo antes de proclamada a independência já havia uma articulação entre esses membros elitistas e o futuro monarca.

Consolidado a atuação desse grupo, suas ações foram decisivas na emancipação, pois a monarquia Constitucional fora o projeto vencedor do recém Estado. O desempenho desse grupo distinguiu-se de algumas elites que lutaram no Norte, onde o ideal republicano fora sempre colocado em pauta desde 1817, sobretudo e principalmente em Pernambuco, demonstrando dessa forma, a falta de unidade política no império nascente.

Muitos fatores podem explicar o porquê de um processo tão demorado de consolidação do Estado imperial: as divergências entre as elites locais, a luta por maior autonomia para as províncias, ou seja, um projeto de independência que teve enormes desafios, mesmo sendo pensado muito anteriormente ao ano de 1822, como analisa Araújo:

No decorrer do processo de independência houve dificuldades para a consolidação e manutenção do processo de separação de Portugal, fato revelado pela guerra e pela necessidade de deslocamento para o norte do ainda reino unido do Brasil de considerável quantidade de forças militares, para expulsar os portugueses e garantir a adesão de algumas províncias, cujas elites políticas e econômicas não reconheciam um novo governo livre de Portugal, fato que se aplica mais especificadamente ao Maranhão e ao Pará, sobretudo por conta dos fortes elos comerciais iniciados ainda na época da Companhia de Comércio do Grão Pará-Maranhão. (ARAUJO, 2015, p. 30)

Reafirma a falta de unidade no território, fruto de uma herança colonial de má organização administrativa. Observamos, ainda, um processo de cunho social praticamente nulo, que visou apoio da população apenas por uma questão de necessidade, além do cunho econômico, que foi o mais significativo no embate pela emancipação das amarras de Portugal.

Nessa conjuntura, abordamos a construção do império a partir da noção de tensões e rupturas na esfera política nacional e local, que culminara nos vários movimentos e revoltas espalhados ao longo do século XIX, como a Confederação do Equador e a Balaiada, ambas com participação da província piauiense.

Em suma, é preciso estarmos atentos para o percurso da construção do Estado imperial, que se inicia com a proclamação da emancipação política da América portuguesa e finda em meados do século XIX com a repressão ao último movimento insurrecional

do período, a revolta Praieira, sendo possível perceber que o processo de consolidação da independência perpassa o de formação e constituição do Estado monárquico.

A CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR E OS PRIMÓRDIOS DA CONSTRUÇÃO DO ESTADO IMPERIAL

Do ponto de vista da oficialização, o Estado imperial brasileiro tem sua gênese com a outorga da Carta Constitucional de 1824. Apenas olhando para a constitucionalização do Estado conseguimos compreender que, oficialmente, este surge com o projeto de constituição forjado pelo imperador e alguns membros elitistas do Sul que cooperaram para tal fato.

No entanto, se analisarmos a afirmação do Estado imperial enquanto Estado unitário, onde as províncias comungavam do mesmo ideal, esse projeto se constitui somente no fim da primeira metade do século XIX, em 1850, com o sufocamento da última revolta do período.

Não é possível falar em movimentos políticos no início do império deixando de lado as ideias que figuravam a confederação do Equador dentro da província pernambucana e que desaguaram em terras piauienses, perpassando o Ceará e o Rio Grande do Norte.

Respaldo no princípio de ideias federalistas, o movimento buscou autonomia que o projeto da elite em torno do Monarca não fora capaz de contemplar. As províncias que aderiram sentiam-se prejudicadas com o fechamento da assembleia constituinte em 1823 e decidiram então lutar por uma separação do Estado imperial, tramando assim a formação de um país ao norte do Brasil.

Antes de toda essa ideia de separação que advinha com a Confederação do Equador, a Capitania de Pernambuco lutara em 1817 no que chamamos de Revolução Pernambucana, já com ideias e pensamentos autonomistas em busca de liberdade política, que culminou mais tarde na sua adesão às lutas pela independência. Praticamente os mesmos personagens de 1817 estavam presentes em 1822 e 1824, lutando pela independência e a favor da Confederação do Equador.

Como observa Neves, “Pernambuco distinguia-se por um imaginário original, que valorizava a ideia de uma nobreza da terra, alicerçada nas glórias passadas, e que justificava a reivindicação de tratamento diferenciado na província” (NEVES, 2011, p.

85). Fator que fizera com que a elite pernambucana da época deflagrasse as ideias da Confederação e as difundisse por algumas províncias do Norte, inclusive o Piauí.

A Confederação do Equador, movimento separatista, está imbricada em uma série de fatores políticos acumulados ao longo de poucos anos e que causaram motivos de desordem no Império nascente. A Confederação do Equador no Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e no Piauí apontam praticamente os mesmos sujeitos participantes das lutas pela Independência. (SILVA, 2015, p. 8).

Não obstante, a construção do Estado imperial nos primórdios do império pós-emancipação passa pela Confederação do Equador e demonstra a grande insatisfação das elites locais com a Corte no Rio de Janeiro. Além de criar cisões dentro da própria província, torna explícita a falta de unidade política no império do Brasil.

A noção de Estado Nação surgiu muito depois da Confederação do Equador; antes disso, as províncias não comungavam da ideia de união para construir o Estado, era, nesse período, cada um assumindo a responsabilidade sobre si. No Norte, a união aconteceu em torno de um projeto político distinto para o Brasil, o federalismo republicano.

Em todo esse embate, não podemos esquecer que a elite fazia parte do corpo de poderes dentro do território, sendo quase nula a participação popular nas decisões políticas do Estado. Um fator importante nesse contexto foi a forma como as manifestações favoráveis a independência haviam ocorrido no território:

Ao final de 1822, Minas Gerais e as províncias do Sul já se tinham manifestado favoráveis a independência do Brasil, através de ofícios e proclamações enviados pelas Câmaras Municipais, quando da consulta sobre a proclamação de d. Pedro como imperador do Brasil pelo povo do Rio de Janeiro. Em dezembro de 1822, Pernambuco jurou solenemente adesão e obediência ao imperador. Em virtude da dificuldade das comunicações, Goiás e Mato Grosso pronunciaram-se somente em janeiro de 1823. Em seguida foi a vez do Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe. As quatro províncias do Norte - Pará, Maranhão, Piauí e Ceará - juntamente com a Cisplatina e parte da Bahia, no entanto, permaneciam fiéis às cortes de Lisboa. Assim, a unidade em torno do Rio de Janeiro acabou tendo de se impor por meio de guerras [...] (NEVES, 2011, p. 110)

Não obstante, essa ideia de unidade política atravessa grande parte do período imperial, uma vez que fora quase impossível construir um Estado unitário em torno de um território tão vasto quanto o Brasil; por isso vemos a Confederação do Equador como um processo inicial da construção desse Estado e consequência dos embates pela independência.

O que se buscou incessantemente durante a consolidação do Estado imperial foi a permanência da ordem como marca fundamental do monarca e dos que comungavam do mesmo pensamento nos governos locais. Como observa Mattos (1991), eram inquietantes, para os governos central e local, as forças das ruas, pois a preocupação não era apenas com a fuga de escravos, mas, com diversos movimentos e revoltas de que se tivera notícias em muitas províncias durante o período de ascensão do Estado.

Para as diversas elites regionais da época, o governo central deveria existir, mas sem interferir na vida das elites locais (proprietários de terras e de escravos principalmente), com poderes limitados e que os fizesse usufruir de certa liberdade dentro da “casa”.

No entanto, muitos pensadores políticos da época, os liberais moderados eram defensores de uma monarquia centralizada, pois achavam que somente com a centralização conseguiria a tão sonhada unidade tanto do território do império, quanto da sociedade dividida por inúmeros conflitos e dilacerados pela existência da escravidão. (MATTOS, 1991).

Esses inúmeros conflitos trouxeram à tona a dualidade elitista da época, uma vez que cada membro da elite, com exceção daqueles que pensavam do mesmo modo que a Corte, ponderavam maneiras diferentes de continuidade política no Império em consolidação.

Forças centrífugas no seio da elite imperial eram as mais visíveis no lumiar do Estado imperial, as quais poderiam levar a uma fragmentação do território e conseqüentemente dificultavam a ascensão do império em curso, como analisa Dolhnikoff:

Nas várias interpretações sobre o período, as elites regionais têm sido apresentadas como portadoras de um projeto localista, que alimentava essa tendência centrífuga, ao passo que uma elite nacionalizada, acomodada no interior do governo central, procurava estabelecer sua hegemonia sobre todo o território por meio de um Estado centralizado. (2003, p. 431)

Essa centralização que tanto custou caro ao governo situado na Corte no Rio de Janeiro, construiu sobre si um movimento de contradição singular. Enquanto algumas elites provinciais associadas ao governo imperial pediam a centralização dos poderes nas mãos do monarca, outras, como a pernambucana, vislumbravam autonomia governamental perante a Corte e as forças políticas provinciais. Essa dualidade levaria ao pensamento separatista proposto por Pernambuco, em 1824, apoiado nas ideias da Confederação do Equador.

Nesse caso, atentamos para a análise de que o Estado imperial brasileiro percorreu inúmeras vielas antes de sua afirmação, em 1850, sendo o movimento separatista de 1824 um dos fatores primordiais, junto com as lutas pela independência para um pensamento central de afirmação do Estado, uma vez que foi a partir daquele momento que as elites pensariam os rumos da política no império.

Como observa Carvalho (2014) podemos apontar traços comuns com relação à elite que tivera êxito na tarefa de afirmação do Estado em circunstâncias históricas desfavoráveis (Caso do Brasil que amargou consequências de uma administração colonial desorganizada). Uma condição imprescindível era a homogeneização, ao menos a médio e curto prazo, pois, quanto mais homogênea era uma elite, maior a capacidade de agir politicamente.

A confederação do Equador mostrou em primeira instância ao governo central situado na Corte no Rio de Janeiro que era preciso que a homogeneidade política e a unidade territorial se fizessem presente para que a consolidação do Estado tivesse êxito. A ideia de separação e formação de um Estado republicano / federativo no Norte, fez com que o monarca adotasse ainda mais a ideia de Estado centralizado, que perdurou num primeiro momento até sua abdicação em 1831.

Foi a partir desses argumentos que o governo centralizado buscou a formação do Estado, consolidado nas mãos do Monarca e com agentes políticos que garantissem nas diversas províncias do império as mesmas atitudes que o imperador fizera prevalecer na Corte, uma homogeneidade política que atendia aos interesses de poucos, mas que garantia a manutenção da ordem (com repressão) e unidade em torno do monarca.

Com o fim da Confederação do Equador, em 1825, o Estado daria pistas de que a unidade política e territorial seria preservada, sem grandes dificuldades, e que poderiam conter, sem grandes perdas, os diferentes levantes que se apresentaram a partir de então. No entanto, não foi isso o que ocorreu, pois, a unidade só se consolidou de fato em 1850, com o fim da última revolta do período imperial, consequência do processo de emancipação política do Brasil. Antes, a tão sonhada unidade não se fizera presente no território, fato comprovado pelas inúmeras revoltas e revoluções que surgira na primeira metade do século XIX.

PIAUI: A CONFEDERAÇÃO VOS PROCURA

De forma simples, procuramos desenvolver ao longo do texto uma noção das adversidades que o Estado em construção passou nos primeiros anos de sua consolidação. Buscamos demonstrar os percalços dos acontecimentos vindos de um processo de independência que perpassara boa parte do império.

Nesse intuito, não podemos deixar de mencionar a situação singular na província Piauiense no período pós-proclamação da independência. De fato, a situação na província era *sui generis*, se compararmos às demais províncias do Brasil. Enquanto algumas juraram prontidão ao imperador recém-empossado, em 1822, a província piauiense ainda estava atrelada a Portugal, vindo a proclamar-se favorável a emancipação política do Brasil, em 1823, com Batalha do Jenipapo.

Faz mister entendermos que a proclamação da independência do Brasil foi processo longo que antecedeu o 1822 e transcorreu até meados do século XIX. O Piauí não ficara isento desse encadeamento, um longo processo que apontou cunho de tensões e rupturas, como observa Araújo:

A independência do Brasil foi resultado de um processo diverso e duradouro, onde se legou a permanência de tensões internas e externas. Um novo país que passou a conviver com uma nova mentalidade ocidental, liberal e revolucionário. Um país que entrava em um processo de modificação no mundo das ideias, em que muitos dos atores políticos e sociais beberam dessa fonte, mas continuaram carentes de um sentimento de nacionalidade. (ARAÚJO, 2015, p. 13)

Nesse contexto, olhamos para a Confederação do Equador como possível saída para as disputas entre os governos local e central. A divergência política fizera com que Pernambuco difundisse suas ideias de separação por diversas províncias do Norte. Divulgando no Ceará e, de lá, para o Piauí, procurava demonstrar às elites provinciais discordantes dos rumos tomado na política imperial que a saída era a separação e, para isso, conclamavam as províncias do Norte (Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte) a juntarem forças para a implantação do federalismo no Norte.

Hoje que suportando o peso da governança em uma crise tão melindrosa, em que tão difícil me é manter e dirigir a machina política desta província (dantes morada da paz), agitado pelas desenvolturas de opiniões, que o gênio do mal, invejoso da nossa sorte tem introduzido nella a ponto de se acharem duas villas dependentes da capital por aderirem irreflectidamente (com que magoa o digo!) ao *Systema Republicano*, que do Ceará tem adoptado, tentando com seus embustes precipitar no mesmo abysmo a toda esta Província, até ameaçando-nos com cruenta guerra. (BRITO, 1922, p. 76. / Grifo nosso).

Não restam dúvidas sobre qual província fora responsável em noticiar as ideias do movimento dentro da província do Piauí. Nesse intuito, a correspondência entre o então presidente provisório e o ministro de negócios do império nos possibilita compreender o teor do movimento dentro da província.

As elites piauienses, descontentes com o Estado imperial e a dissolução da Constituinte em 1823, procuravam de alguma forma aderir aos pensamentos separatistas vindos de Pernambuco, no entanto o centralismo nas mãos do imperador e a falta de homogeneidade política dentro das províncias levaram a um desfecho trágico das ideias, com fuzilamento em Pernambuco e prisões no Piauí.

Nessa conjuntura, a contribuição piauiense na afirmação do Estado imperial brasileiro se dera pelas mãos do então presidente temporário da província, o brigadeiro Manuel de Sousa Martins, que fora um adepto consistente das ideias do monarca e a da sua forma de fazer política, o que denominamos de “os olhos do imperador”. Nesse intuito, as ações do futuro Barão da Parnaíba foram fundamentais para manter a ordem e a unidade territorial tão almejado pelo monarca.

Passei a dar as Providencias necessárias. Convoquei tropas para fortificar os pontos que são sujeitos à invasão. Fiz publicar os Bandos- documentos nº 12, aplicando a mesma medida da qual sua Majestade Imperial se servira no Decreto de 21 de junho, em que chama os soldados que tiveram suas baixas para servirem com dobrado soldo, até que se restituísse a tranquilidade da Província; e os que foram aparecendo somente se alistaram, para estarem prontos a marchar quando fossem chamados vencendo então seus soldos. (BRITO, 1922, p. 80).

Sousa Martins toma providências no intuito de barrar as ideias republicanas dentro do Piauí, ordenando o fechamento de fronteiras e enviando decretos, além de designar alguém da junta defensiva eleita para que a causa do império fosse mantida e preservada, assim procede.

Mandei para a villa de Vallença, contigua a Campo Maior, o Reverendo Marcos de Araujo Costa, de patriotismo reconhecido, e amigo do Imperador, com o Tenente Coronel Ignacio Francisco de Araujo Costa para que fossem tomadas as medidas convenientes para livrar aquella villa da péssima doutrina do Systema ideal, fortificando os pontos necessários cuja comissão executaram com aquelle zelo e atctividade que era de esperar. Nomeei para inspector das obras Publicas e munições de guerra o referido Tenente Coronel Ignacio Francisco por se achar neste emprego o Escrivão Interino da Junta da Fazenda que tendo a seu cargo outros empregos, não podia preencher os seos deveres com aquelle atividade e energia, que urge a crise em que em que se acha a província. Procedi a um exame geral no armamento, pretextos e munições bellicos. (BRITO, 1922, p. 80).

Era o início das ações do futuro Barão da Parnaíba contra a Confederação do Equador no Piauí, o que, por conseguinte, era a contribuição e a participação do Piauí na afirmação do Estado Imperial brasileiro, sendo que o Estado imperial enquanto bases constitucionais surge com a outorga da Carta Constitucional de 1824; posteriormente à outorga, foram necessários homens-agentes do império que fossem capazes de manter a ordem nas províncias e garantisse a unidade territorial, pontos fundamentais na afirmação do Estado.

Ainda foram tomadas diversas atitudes pelo presidente temporário da província do Piauí no intuito de barrar as ideias dos confederados pernambucanos e cearenses. A província não ficara isenta de participar das ideias do movimento separatista de 1824. Se foram tomadas diversas atitudes para conter os avanços da Confederação, deve-se ao fato de que na província piauiense havia adeptos das ideias da Confederação e a concepção de republicanismo e federalismo por eles idealizados.

Não obstante, esse fato aponta para a compreensão do enraizamento dos descontentamentos presentes em diversas províncias, que culminaram em revoltas e movimentos insurrecionais, consequências do processo de emancipação política da América portuguesa.

O que devemos compreender nesse momento é que a formação e a afirmação do Estado imperial brasileiro necessitou singularmente de homens dispostos a lutarem pela causa do império, os quais seriam os agentes imperiais nas províncias. Esse fato mostra a articulação das elites locais em torno do projeto do monarca e a Corte no Rio de Janeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No tocante à construção do Estado Imperial, vimos que as divergências políticas do período e os diversos fatores que levaram à independência do Brasil trouxeram consigo uma constituição do Estado enraizado em revoltas e movimentos insurrecionais, que contava muitas vezes com as elites locais em descontentamento com o poder central.

Como observa Araújo, “O discurso de unidade apregoado pelas elites durante a guerra de independência, num momento tão crucial como aquele, pode ser entendido como uma tentativa de fortalecimento da causa libertadora” (ARAUJO, 2015, p. 14). A causa pela qual combateram as elites locais dependia única e exclusivamente de seus

interesses políticos diante da Corte; maior autonomia, descentralização do poder do monarca, eram algumas das causas pela qual a elite local lutara.

Esse estado em ascensão perpassou as inúmeras províncias do Brasil, seja por revoltas como a Confederação do Equador, seja por estarem em acordo com as ideias do monarca em tentar reprimir tais movimentos. Mas uma coisa é fato, a Corte situada no Rio de Janeiro, com a ajuda das elites ao redor do monarca, percebeu que a construção do Estado imperial se daria com a manutenção da ordem e ao menos uma parcial homogeneidade política no Brasil oitocentista.

¹Para um maior aprofundamento sobre os debates historiográficos em torno das lutas pela independência no Piauí, consultar: DIAS, C. M. M. Independência para inglês ver. *Revista do Mestrado de História* (Universidade Severino Sombra), Vassouras, v. 4, p. 79-116, 2002.

DIAS, Claudete Maria Miranda. O outro lado da História: o processo de independência do Brasil visto pelas lutas no Piauí (1789-1850) in: EUGENIO, João Kennedy. (Org.) *História de vario feito e circunstância*. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2001.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Johny Santana de. O PIAUÍ NO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA: contribuição para construção do império em 1823. *CLIO – REVISTA DE PESQUISA HISTÓRICA* – nº 33.2. 2015. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/viewFile/443/457>> Acesso em: 14 jun. 2016.

BARRETO, Célia de Barros. O processo de emancipação. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira: O Brasil Monárquico*. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BRANDÃO, Ulisses. A confederação do Equador. Recife: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 1924.

BRITTO, Anísio. *Adesão do Piauí à Confederação do Equador*, Documentos do Instituto Ceará. Documentos coligidos pelo Dr. Anísio Britto. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1922.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: A elite política imperial, Teatro de sombras: A política imperial*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

DIAS, Claudete Maria Miranda. O outro lado da História: o processo de independência do Brasil visto pelas lutas no Piauí (1789-1850) in: EUGENIO, João Kennedy. (Org.) *História de vario feito e circunstância*. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2001.

_____. A “Independência para Inglês ver”. *R. Mestr. Hist.*, Vassouras, v. 4, n. 1, p. 79-116, 2001/2002. Disponível em:

<http://www.uss.br/pages/revistas/revistaMestradoHistoria/v4n12001/pdf/004_v4_n1_2001.pdf> Acesso em: 20 jun. 2017.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. 2. Ed. São Paulo, Alameda casa Editorial, 2009.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*- São Paulo: Globo, 2005.

DOLHNIKOFF, Miriam. O lugar das elites regionais. *REVISTA USP*, São Paulo, n.58, p. 116-133, junho/agosto 2003. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/33853/36586>> Acesso em: 17 de junho de 2015.

DOLHNIKOFF, Miriam. Elites regionais e a construção do Estado Nacional In: JANCÓS, István (org.) *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí. Fapesp, 2003.

GONÇALVES, Marcia de Almeida, MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O império da boa sociedade: A consolidação do Estado imperial brasileiro*. 12. Ed. São Paulo: Atual, 1991.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Capítulos de história do Império. Organização de Fernando A. Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. 2. Ed. São Paulo, Editora 34, 2014.

MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo de Saquarema: a formação do Estado imperial*. 3. ed. Rio de Janeiro, Acess, 1994.

NEVES, Abdias. *O Piauí na confederação do Equador*. Teresina: EDUFPI/APL, 1997.

NEVES, Lúcia M. Bastos P. O Estado e política na independência. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (org). *O Brasil imperial, volume I- 1808-1831*. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2014.

NEVES, Lúcia M. Bastos P.. A vida política. In: SILVA, Alberto da costa. (Coord.) *Crise colonial e independência: 1808-1830*. Rio de Janeiro: objetiva, 2011.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 1. Ed. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

SILVA, Francisco de Assis Oliveira. O ESTADO IMPERIAL EM CONSTRUÇÃO: Manuel de Sousa Martins e o Piauí na Confederação do Equador. In: NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; TAMANINI, Paulo Augusto (orgs.). *História, Culturas e Subjetividades: Abordagens e Perspectivas*. Teresina-PI: Edufpi, 2015.